

RESENHA

**Guia cultural Indígena Rio Grande do Norte,
de Julie Antoinette Cavnac e Carmem Alveal**

Eduardo Cristiano Hass da Silva

Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil.
Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/FELCS), Brasil.
E-mail: eduardohass.he@gmail.com

É possível encontrar, ao longo do estado do Rio Grande do Norte, elementos que demonstram a presença de diferentes povos indígenas, seja através das denominações dos lugares ou da presença de sítios arqueológicos e/ou monumentos históricos que fazem referência a populações que foram sistematicamente invisibilizadas.

É sobre a presença dessas populações no território potiguar que Julie A Cavnac e Carmem Alveal centram suas análises ao longo do Guia cultural Indígena Rio Grande do Norte, publicado em 2020, pela Flor do Sal. A temática já vem sendo discutida em diferentes produções das autoras, o que contribui para um livro no formato de guia, com uma linguagem coloquial e de fácil apropriação pelo Turismo.

Julie Antoinette Cavnac é professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tendo defendido sua tese sobre a memória dos folhetos de cordel em 1994, em Nanterre (Paris X, França). Realizou e realiza diversas pesquisas sobre memória dos folhetos no Seridó, patrimônios alimentares e crises alimentares no Nordeste brasileiro e na região Sudoeste da França, História e patrimônio cultural do Seridó Negro, questões indígenas, entre outras. Carmen Margarida Oliveira Alveal é professora associada do Departamento de História, também da UFRN, tendo experiência em História do Império Português, História do Brasil, História do Brasil Colônia, História do Rio Grande do Norte e História do Direito. Dentre a sua produção, destacam-se os trabalhos relacionados à História e Cultura Indígena.

A partir do olhar das autoras, o livro oferece um conjunto de informações sobre as comunidades indígenas do RN, ao mesmo tempo em que apresenta um mapeamento dos principais registros e monumentos históricos, arqueológicos e narrativos dessas populações. Visivelmente, a intenção da obra não é ser exaustiva, mas apresentar alguns resultados de investigações, os quais podem ser apropriados pelo Turismo.

Nesta perspectiva, para além de socialização dos saberes produzidos na esfera

acadêmica, o guia é pensado para fins de orientação turística, cuja divulgação dos diferentes grupos indígenas contribui para a valorização da sua História e Cultura, estimulando o Turismo Comunitário e fortalecendo esses grupos. O cuidado e o respeito com esses grupos ficam evidentes em diferentes momentos, como na escolha em disponibilizar informações voltadas para os sítios arqueológicos socializados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Ao longo de 130 páginas, as quais articulam de forma cuidadosa texto e diferentes gravuras, somos convidadas e convidados a refletir a respeito de elementos gerais e das particularidades dos diferentes grupos indígenas do território potiguar. Entrelaçadas aos textos escritos, as imagens auxiliam na produção de um guia de fácil leitura, estimulando a leitora e o leitor a percorrem os espaços apresentados.

Para contemplar a diversidade das manifestações culturais e da história dos diferentes povos indígenas, as autoras centram suas análises a partir de um olhar para os povos do litoral e, na sequência, para os povos do interior. Podemos observar que, de forma geral, existem mais monumentos no litoral, enquanto os sítios arqueológicos com pinturas e gravuras destacam-se no sertão. As análises sobre os monumentos e os resquícios arqueológicos são produzidas a partir da articulação entre patrimônio material e imaterial das populações indígenas.

Dentre os sítios arqueológicos, o guia dá atenção especial para os sítios de arte rupestre, que somam quase 400 e, embora em contestação, foram classificados em três tradições, sendo elas a Agreste, a Itaquiara e a Nordeste. Os sítios mais antigos estão localizados na cidade de Carnaúba dos Dantas. Os grafismos analisados pelas autoras consistem em gravuras desenhadas em abrigos sob diferentes rochas e lajedos, apresentando elementos antropomorfos, zoomorfos e grafismos puros (símbolos abstratos para nossa cultura).

Sem ter a preocupação de apresentar uma narrativa histórica cronológica, o guia permite, ao mesmo tempo em que percorremos o território potiguar, conhecer elementos centrais para a compreensão da história das populações indígenas. Podemos observar elementos das diferentes culturas em tempos anteriores à invasão e colonização europeia, durante o período colonial, imperial e durante a contemporaneidade.

De forma geral, as análises demonstram o processo da ação colonizadora da capitania do RN durante o século XVI, trazendo para discussão os contatos entre as diferentes potências colonizadoras (Portugal, França e Holanda) e os diferentes grupos indígenas do território potiguar (potiguares, tapuias, tarairiú, cariri entre outros). A narrativa apresentada não coloca as populações indígenas de forma passiva durante a colonização, buscando apresentar as relações que esses grupos construíram com os colonizadores, estabelecendo alianças com os grupos europeus devido à existência de rivalidades contra outros grupos indígenas. Esse olhar contribui para tensionar e desfazer uma ideia genérica e preconceituosa de “índio” como um grupo heterogêneo, passivo e sem cultura, por muito tempo perpetuada em diferentes espaços da sociedade.

Em relação aos séculos XVII e XVIII, podemos observar o processo de aldeamento e da formação das missões. Entendendo o processo dentro do quadro das relações de plano macro, o guia aponta como a União Ibérica (1580-1640), período em que Portugal e Espanha estiveram sob a mesma coroa, influenciou nas relações com os Países Baixos, que acabou por fixar colônia no Nordeste brasileiro. As guerras entre os países europeus influenciaram em tensionamentos e guerras na colônia, dentre as quais se destacam as duas batalhas dos Guararapes, que ocorreram entre abril de 1648 e fevereiro de 1649, representando um episódio de reestruturação da sociedade colonial, tanto no âmbito econômico quanto político.

Esses episódios são seguidos pelo aldeamento e construção das missões, as quais eram espaços que forneciam uma liberdade limitada para os diferentes grupos indígenas, marcados pelo processo de cristianização e tentativa de apagamento cultural. Dentre as missões, destacam-se as jesuíticas (Guajirú, Guaraíras e Apodi) e as dos carmelitas reformados e capuchinos (Mipibu e Igramació). Ainda no século XVII, ganham destaque análises sobre as guerras coloniais, em especial a que ficou conhecida como Guerra dos Bárbaros, evento bélico colonial, com grande proporção territorial, temporal e social, que possivelmente teve início em 1661, na Bahia, estendendo-se para Pernambuco, Ceará, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Em relação ao século XIX, as autoras atentam para a produção discursiva que afirma o desaparecimento dos povos indígenas. Retomando a afirmativa feita em 1839, pelo então presidente do RN, que declarou que os indígenas do estado haviam desaparecido, as autoras identificam um projeto político sistematizado de desaparecimento dos grupos indígenas por parte das elites, o qual inclui a tentativa de apagamento de elementos culturais, dizimação, práticas de controle e perseguição e, por fim, o não registro dessas populações nos documentos oficiais.

A partir do discurso do desaparecimento, o guia questiona a forma como os povos indígenas tiveram sua participação na história relegada a um passado distante, sendo excluídos das narrativas sobre a formação de uma identidade local, apesar do gentílico potiguar para o estado. As narrativas, produzidas inicialmente pelas elites locais, ignoraram as especificidades indígenas.

A partir das problemáticas da atualidade, das discussões da construção de uma política de identidade indígena, as autoras sistematizam as diversas narrativas e lugares de memórias desses povos, apresentando-os de forma roteirizada. Dentre os elementos culturais apresentados como possíveis de apropriação pelo Turismo Cultural, estão, em especial, o *toré* (dança, ritual ou brincadeira comum aos povos indígenas do Nordeste, o qual faz uso da jurema sagrada, uma planta comum na região), o qual cumpre um importante papel na resistência identitária das populações e as mitologias e narrativas indígenas articuladas com a presença e coexistência de animais que falam, almas, grutas santos e seres fabulosos.

Dentre as vilas e monumentos sistematizados, destacam-se: Vila Flor, engenho Cunhaú (localizado a 65 km de Natal, tendo sido o maior engenho de açúcar da capitania do Rio Grande até os meados do século XIX), São José de Mipidu, Nísia Floresta, Arês, Potiguara do Catu, Catu dos Eleutérios, Sagi-trabanda (dos quais destaca-se a festa do milho, realizada em junho), e Piranhas-Açu Seridó.

Além destas vilas e monumentos, o guia apresenta locais da presença indígena em diferentes cidades do estado do Rio Grande do Norte. Essa presença é constatada e analisada a partir de registros materiais e de narrativas de memórias das cidades. Em relação à região da Serra de Sant'Ana, destacam-se dois municípios da região, sendo eles São Vicente e Lagoa Nova. Outros municípios que apresentam narrativas ou resquícios materiais das culturas indígenas são Caicó (mito de origem da cidade); Parelhas (Sítio Mirador do Boqueirão); Carnaúba dos Dantas (Pedra do Alexandre); Sant'Ana do Matos; Macaíba e São Gonçalo (A comunidade tapuia tarairiú da Lagoa do Tapará); Ceará-Mirim; Mato Grande; Extremoz e; João Câmara, Jardim de Angicos e Natal (Mendonça e Mendonça do Amarelão); Apodi; Mossoró; Serra de Portalegre e Assu (Caboclos).

Cabe destacar ainda que o livro finaliza com um guia prático, uma roteirização e um conjunto de indicações turísticas sobre os locais estudados. Além disso, as autoras reforçam que, apesar de o Turismo poder contribuir de forma benéfica para esses

grupos, ele também pode causar efeitos negativos, como a especulação imobiliária e a exploração econômica. Sendo assim, percebemos a perspectiva crítica empregada no livro, que atenta para a preocupação com os grupos estudados.

O livro é uma importante contribuição para a promoção e socialização de saberes de forma didática, com uma linguagem que, para além do público acadêmico e dos profissionais do Turismo, pode ser utilizado por professores dos diferentes níveis de ensino, agentes culturais, gestores públicos, estudantes e comunidade em geral. É uma leitura dinâmica, produzida de forma a estimular a curiosidade e o respeito pelas populações indígenas do estado do Rio Grande do Norte, contribuindo para a preservação e promoção da cultura dessas populações e do estado como um todo, contribuindo para discussões na esfera das políticas públicas e das narrativas históricas. Por fim, pode certamente ser mobilizado para a produção e execução de roteiros turísticos culturais sustentáveis, na amplitude do termo.

REFERÊNCIA

CAVIGNAC, Julie Antoinette; ALVEAL, Carmem (Orgs.). **Guia Cultural Indígena Rio Grande do Norte**. Natal: Flor do Sal, 2020. 130p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29373>. Acesso em: 12 abr. 2022.